



(Em milhares de reais)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2016

Os títulos públicos de renda fixa da Seguradora estão classificados como disponíveis para venda, sendo ajustados ao valor de mercado, estando disponíveis para resgate em qualquer momento independente da data de vencimento, sem nenhum prejuízo para Seguradora.

(d) Risco de mercado: É a exposição à ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado, incluindo variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações, dos valores de preços e outros índices, sobre esses fatores de risco. **(e) Risco operacional:** A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional. **(f) Gestão de capital:** A gestão de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (Resolução CNSP

nº 321/15 alterada pela Resolução 343/16). Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15, alterada pela Resolução 343/16 o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (risco de subscrição, de crédito, operacional e de mercado). A Seguradora executa sua gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo requerido segundo critérios de exigibilidade de capitais mínimos requeridos pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram ambos como capital regulatório e capital econômico, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital por meio da otimização de ambos os níveis e manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico da Seguradora. A Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Vide tabela apresentada na Nota 15 com o cálculo do capital mínimo regulatório da Seguradora em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Composição do capital social em quantidade de ações: Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Seguradora totaliza R\$ 133.883,77 de títulos subscritos, integralizado e dividido em 133.883.372 de ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **(b) Reserva de capital:** A reserva de capital é composta por R\$50.000 e corresponde ao ágio na subscrição de uma ação preferencial classe A, fixado de acordo com o inciso II do parágrafo primeiro do Artigo 170 da Lei nº 6.404/76, modificada pela Lei nº 9.457/97. **(c) Reserva de lucros:** A reserva de lucros é composta por R\$ 5.365 (R\$ 4.173 em 31 de dezembro de 2015) referente à reserva líquida (equivalente ao limite de 20% sobre o capital social da companhia) e R\$ 18.166 (R\$ 19.989 em 31 de dezembro de 2015) de reserva estatutária de retenção de lucros. **(d) Dividendos:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 03 de março de 2016, os acionistas deliberaram sobre a distribuição da reserva estatutária de lucros através de dividendos no valor de R\$20.350 e em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, os acionistas deliberaram sobre a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 5.087, totalizando R\$ 25.437 de dividendos distribuídos. Sendo R\$ 6.634 a título de dividendos mínimos obrigatórios de 2015, e R\$18.803 como destinação das reservas de lucros existentes, totalmente pagas aos acionistas em 31 de março de 2016 e 29 de abril de 2016, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016 foram constituídos os montantes de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido conforme determinado no estatuto social da Seguradora, no valor de R\$ 5.660.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO, CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO E LIQUIDEZ EM RELAÇÃO AO CAPITAL DE RISCO

As sociedades seguradoras deverão apresentar em cada fechamento mensal, Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15 alterada pela Resolução CNSP nº 343/16, o CMR equivale ao maior valor entre o capital-base e o capital de risco (risco de subscrição, de crédito, operacional e de mercado) e a liquidez em relação ao CR a situação caracterizada quando a sociedade apresentar suficiência de cobertura das provisões técnicas superior a 20% (vinte por cento) do Capital de Risco. A suficiência destes indicadores de solvência está demonstrada abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio líquido (+/-) Ajustes contábeis	209.819	204.790	(88.830)	(110.005)
(+/-) Ajustes econômicos	9.733	-	9.733	-
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	130.722	94.785	-	-
Capital Mínimo Requerido	15.000	15.000	-	-
a) Capital-base	75.660	78.223	-	-
b) Capital de risco	62.776	67.819	-	-
(+) Capital de risco de subscrição	12.163	13.637	-	-
(+) Capital de risco operacional	2.778	2.657	-	-
(+) Capital de risco de mercado	9.733	-	-	-
(-) Benefício da correlação entre os capitais	(11.790)	(5.980)	-	-
Capital Mínimo Requerido (o maior entre a e b)	75.660	78.223	-	-
Liquidez em relação ao Capital de Risco (CR)	31/12/2016	31/12/2015	-	-
(+) Suficiência de cobertura em relação às provisões técnicas (Nota 13c)	118.308	104.766	-	-
(-) 20% do Capital de risco	(15.132)	(15.645)	-	-
Liquidez apurada	103.176	89.121	-	-

(*) PLA apurado conforme Resolução CNSP nº 343/16. (**) PLA apurado conforme Resolução CNSP nº 321/15.

16. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Ramo de atuação: A Seguradora opera somente com o ramo de extensão de seguro patrimonial.

Extensão de garantia patrimonial

	2016	2015
Prêmios emitidos líquidos	375.039	365.997
Variação das provisões técnicas	3.774	(54.160)
Sinistros ocorridos	(64.178)	(66.369)
Seguros de aquisição	(261.242)	(193.865)

b) Índice de sinistralidade e comercialização:

	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %	
2016	2015	2016	2015	
Extensão de garantia patrimonial	378.813	311.837	17%	21%
69%	62%	-	-	

Na modalidade extensão de garantia patrimonial os prêmios e custos de aquisição, são reconhecidos no resultado somente após o término de garantia do fabricante.

c) Outras despesas operacionais:

	2016	2015
Despesa com administração de apólices	(335)	(349)
Despesa com contabilidade	(627)	(322)
Outras despesas operacionais	(637)	(103)
Outras receitas operacionais	70	-
Total	(1.201)	(774)

d) Despesas administrativas:

	2016	2015
Pessoal próprio	(4.949)	(5.027)
Serviços de terceiros	(11.822)	(10.666)
Propaganda e publicidade	(11.755)	(3.216)
Localização e funcionamento	(65)	(21)
Despesa com títulos de capitalização (Nota 17 - a)	(2.934)	(3.482)
Outras despesas administrativas	(310)	(458)
Total	(31.225)	(22.870)

e) Despesas com tributos:

	2016	2015
Impostos federais	(15)	(3)
Impostos municipais	(7)	(6)
PIS	(2.288)	(1.870)
COFINS	(14.080)	(11.507)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(829)	(655)
Outros	(86)	(27)
Total	(17.304)	(14.068)

1) Saldo do início do exercício

	31/12/2015	31/12/2015
Total pago no exercício	646	363
3) Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no exercício	(151)	(143)
4) Quantidade de ações pagas no exercício	100	102
5) Novas constituições no exercício (7+8+9+10)	161	93
6) Quantidade de ações referentes a novas constituições no exercício	1.025	603
7) Novas constituições referentes a citações do exercício base	588	300
8) Novas constituições referentes a citações do exercício de 2015	1.025	603
9) Novas constituições referentes a citações do exercício de 2014	-	-
10) Novas constituições referentes a citações do exercício de 2013 e anteriores	-	-
11) Baixa da provisão por êxito	(334)	(226)
12) Variação da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(43)	(42)
13) Alteração da provisão por atualização monetária e juros	103	91
14) Saldo final do exercício (1+2+5+11+12+13)	1.246	646

(b) Probabilidade de perda das provisões judiciais: Em 31 de dezembro de 2016

Probabilidade de perda	Não relacionadas a sinistro			Relacionadas a sinistro		
	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Provável	26	315	314	2	2	3
Possível	573	8.920	1.045	476	4.268	299
Remota	8	1.081	59	1	1	302
Total	608	10.316	1.417	479	4.271	302

Em 31 de dezembro de 2015

Probabilidade de perda	Não relacionadas a sinistro			Relacionadas a sinistro		
	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Provável	20	203	202	1	2	2
Possível	241	4.836	604	169	1.520	104
Remota	7	790	50	1	1	104
Total	268	5.829	856	171	1.522	106

ATUÁRIO

Nivandro Lucas S. A. Oliveira
MIBA 2229

adequados os trabalhos realizados pela auditoria interna e externa independente, bem como com os atuariários da companhia e não identificou o descumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da companhia que pudessem colocar em risco a avaliação do negócio. Também foi observada pelos membros do Comitê de Auditoria, previamente à divulgação das demonstrações financeiras da companhia referentes a 31 de dezembro de 2016, considerando as adequações quanto à revisão das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e do limite de retenção de lucros nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos descritos dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e do limite de retenção de lucros nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuariária que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar o julgamento de auditoria atuariária.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e do limite de retenção de lucros nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que a Companhia anteriormente referidas da Companhia em 31 de dezembro de 2016, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	% Categoria	Valor de referência (I)	Ajuste da avaliação a mercado
Títulos para negociação (ii)	53.092	-	-	-	53.092	16%	53.092	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	47.782	-	-	-	47.782	-	47.782	-
Certificado de Depósito Bancário	5.310	-	-	-	5.310	-	5.310	-
Títulos disponíveis para venda	21.636	5.992	22.494	220.159	270.281	84%	265.908	4.373
Títulos de renda fixa privados	-	-	2.937	30.547	33.484	-	33.418	66
Títulos de renda fixa públicos	21.636	5.992	19.557	189.612	236.797	-	232.491	4.306
Total em 31 de dezembro de 2016	74.728	5.992	22.494	220.159	323.373	100%	319.001	4.372
Total em 31 de dezembro de 2015	82.227	9.236	45.340	158.882	295.685	100%	301.604	(5.919)

(i) Representa o valor do custo amortizado atualizado para os títulos e valores mobiliários; e (ii) Os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente do prazo de vencimento.

Movimentação em 31 de dezembro de 2016

	Saldo em 31/12/15	Aplicações 31/12/16	Renta-bilidade	MTM	Resgates	Saldo em 31/12/16
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	52.342	83.542	5.006	-	(93.108)	47.782
Certificado de depósito bancário (a)	-	10.000	664	-	(6.354)	5.310
Títulos de renda fixa privados (c)	25.291	20.897	3.207	60	(15.971)	33.484
Títulos de renda fixa públicos (b)	218.052	31.080	30.494	10.231	(339.060)	236.797
Total	295.685	431.519	39.371	10.231	(453.493)	323.373

Movimentação em 31 de dezembro de 2015

	Saldo em 31/12/14	Aplicações 31/12/15	Renta-bilidade	MTM	Resgates	Saldo em 31/12/15
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	65.822	129.187	7.622	-	(150.289)	52.342
Títulos de renda fixa privados (c)	28.792	11.770	3.919	(23)	(19.167)	25.291
Títulos de renda fixa públicos (b)	183.446	185.751	21.944	(1.690)	(171.399)	218.052
Total	278.060	326.708	33.485	(1.713)	(340.885)	295.685

(a) As quotas de fundos de investimentos abertos e o Certificado de Depósito Bancário foram avaliados com base no valor da quota divulgada pelo administrador do fundo na data do balanço; (b) O valor de mercado para os títulos de renda fixa públicos (LFTs, LTNs, NTN-B e NTN-F) foi calculado com "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA; (c) Os títulos de renda fixa privados (LFs e Debêntures) estão registrados pelo seu custo de aquisição acrescido dos juros ganhos.

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

Registra os prêmios a receber comercializados pelos parceiros, relacionados às apólices vigentes. Não existem prêmios parcelados, vencidos e a receber na data-base de 31 de dezembro de 2016.

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial em 1º de janeiro	36.309	36.309
(+) Prêmios emitidos	425.131	522.716
(-) IOF	(78.221)	(30.371)
(-) Prêmios cancelados	(42.731)	(217.498)
(-) Recebimentos	(410.621)	(441.898)
Saldo no final do período	17	44

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

(a) Créditos tributários e previdenciários:

	31/12/2016	31/12/2015
Créditos tributários de diferenças temporárias	1.226	632
Créditos diferidos da marcação a mercado TVM	17	2.672
Total dos ativos fiscais	1.243	3.304
Créditos diferidos da marcação a mercado TVM	1.983	9
Total dos passivos fiscais	1.983	9
Total dos créditos tributários e previdenciários	(740)	3.295

Compreende o somatório do montante dos ativos fiscais; (2) Compreende o somatório do montante dos passivos fiscais. A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários são constituídos de acordo com a expectativa de realização e baseados na geração de lucros futuros. A Administração estima realizá-los até o final do exercício corrente, exceto para os casos relacionados a ações judiciais onde a Seguradora não pode precisar de forma efetiva sua realização, de todo modo em 31 de dezembro de 2016, os valores de créditos tributários estão classificados no ativo circulante.

(b) Movimentação de diferenças temporárias:

	Saldo em 31/12/2015	Movimentação	Saldo em 31/12/2016
Provisão para contingências civis	688	282	306
Provisão trabalhista	111	5	106
Provisão de participação nos lucros	388	168	220
PDD sobre comissões	139	139	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.226	594	632

(*) Compreende o somatório dos créditos tributários de diferenças temporárias e as obrigações fiscais diferidas.

8. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - COMPOSIÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

(a) A composição dos custos de aquisição diferidos está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Extensão de Garantia - Patrimonial	414.526	428.139
Curto prazo	265.877	254.657
Longo prazo	148.649	173.482

(b) Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	428.139	356.177
Constituição	109.613	281.669
Amortização	(123.226)	(209.707)
Saldo final	414.526	428.139